

PATRONATO PADRE ALBERTO TEIXEIRA DE CARVALHO

BALANÇO

Sedeios, 31 de Dezembro de 2019

Unidade monetária: Euro

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31.12.2019	31.12.2018
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	801.085,19	834.005,49
Investimentos financeiros		1.147,59	929,70
		802.232,78	834.935,19
Ativo corrente			
Inventários	5	4.418,76	5.010,38
Créditos a receber	8	7.914,97	1.142,50
Estado e outros entes públicos	8	447,76	400,99
Diferimentos		7.566,62	7.427,62
Outros ativos correntes	8	66.446,73	68.093,42
Caixa e depósitos bancários		34.124,68	85.729,11
		120.919,52	167.804,02
Total do ativo		923.152,30	1.002.739,21
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		456.029,67	456.029,67
Resultados transitados		159.255,51	231.393,26
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais		279.675,12	288.544,06
	8.3	894.960,30	975.966,99
Resultado líquido do período		-75.896,52	-72.137,75
Total dos fundos patrimoniais		819.063,78	903.829,24
Passivo			
Passivo corrente			
Estado e outros entes públicos	8	25.334,92	12.968,16
Outros passivos correntes	8	78.753,60	85.941,81
Total do passivo		104.088,52	98.909,97
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		923.152,30	1.002.739,21

A Direção

O Contabilista Certificado,

Ane Flores Pereira Cardoso
[Assinatura]
 1 -
 Valdemar Costa
 2 -

[Assinatura]

PATRONATO PADRE ALBERTO TEIXEIRA DE CARVALHO

Demonstração dos resultados por naturezas
Período findo em 31 de Dezembro de 2019

Unidade monetária: Euro

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados	6.2	95.967,08	86.053,00
Subsídios, doações e legados à exploração	7.2	413.780,38	416.088,06
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5	-43.275,50	-49.348,41
Fornecimentos e serviços externos	6	-46.826,80	-42.239,91
Gastos com o pessoal	9	-484.627,91	-473.486,33
Outros rendimentos	6	24.657,93	25.227,63
Outros gastos	6	-2.681,90	-996,07
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-43.006,72	-38.702,03
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	4	-32.920,30	-33.547,25
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-75.927,02	-72.249,28
Juros e rendimentos similares obtidos		30,50	111,53
Resultado antes de impostos		-75.896,52	-72.137,75
Resultado líquido do período		-75.896,52	-72.137,75

A Direção,

O Contabilista certificado,

António Pereira Cardos
H. A. C.
B. A. C.
Valdemar Pinto
D. P. A. C.



ANEXO

Ao Balanço e à Demonstração dos Resultados por Naturezas
Período findo em 31 de Dezembro de 2019

AP.
Lan
D
V. H. K.
M

1- Identificação da entidade:

1.1- Denominação da entidade: **Patronato Padre Alberto Teixeira de Carvalho**
N.I.P.C.: 500 879 443.

1.2- Sede social: Rua Padre Alberto Teixeira de Carvalho, Ariz, Godim, 5050-104 Peso da Régua.

1.3- Natureza da atividade: A entidade é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, registada em 13/11/85 no livro das Associações de Solidariedade Social n.º 1/84 Livro 2 fls. 83, tendo por objeto o apoio à infância e à juventude nas valências de creche, pré-primária e de atividade de tempos livres.

2- Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1- As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística, contextualizado na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF ESNL).

2.2- Na sua composição não foram derogadas quaisquer disposições definidas na Norma e a sua estrutura manifesta de forma fidedigna a imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da instituição, cujos conteúdos e quantias são manifestamente comparáveis com os do período anterior.

3- Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 - Principais políticas contabilísticas:

a) As políticas contabilísticas utilizadas são as que decorrem de cada capítulo específico da Norma, sendo as DF preparadas de acordo com os princípios do acréscimo e do custo histórico.

b) Outras políticas contabilísticas:

Não foram utilizadas outras políticas por não se imporem como necessárias.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro:

As peças em apreciação foram preparadas numa perspetiva de continuidade, pressuposto obtido de informações presentemente disponíveis e das expectativas esperadas relativamente à manutenção da entidade, a qual irá continuar a desenvolver os objetivos para que foi instituída.

3.2 - Alterações nas políticas contabilísticas:

Não aplicável. As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente de acordo com a Norma (NCRF ESNL) para as transações semelhantes, outros acontecimentos e condições.

3.3- Alterações nas estimativas contabilísticas

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras.

3.4 - Correção de erros de períodos anteriores

À data do balanço não foram detetados quaisquer erros que ponham em dúvida as demonstrações financeiras apresentadas em períodos anteriores.

4- Ativos Fixos Tangíveis

4.1- Divulgações tidas como relevantes:

a) Critérios de mensuração usados na determinação da quantia escriturada bruta:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados no balanço ao custo de aquisição ou de produção deduzido das respetivas depreciações acumuladas sem referência, por não existirem, a quaisquer perdas por imparidade.

Os custos subsequentes relacionados com estes itens são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. As demais despesas de manutenção e reparação são reconhecidas como gastos à medida que são incorridas de acordo com o regime do acréscimo.

b) Métodos de depreciação usados:

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha reta fracionada em duodécimos. Os terrenos não são depreciados.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas:

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, em conformidade com o período de vida útil máximo.

Taxas estimadas por grupo dos bens:

Descrição	Taxas
Edifícios e outras construções	2,00
Edificações ligeiras e benfeitorias	10,00
Equipamento administrativo	10,00
Outros ativos fixos tangíveis	6,66 – 10

d) Quantia bruta escriturada e depreciação acumulada no início e no fim do período:

Descrição	Situação inicial			Situação final		
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciação Acumulada	Quantia escriturada
Terrenos e recursos naturais	24 939,89		24 939,89	24 939,89	0,00	24 939,89
Edifícios e outras construções	1 563 528,55	759 968,92	803 559,63	1 563 528,55	792 200,85	771 327,70
Equipamento básico	163 527,73	161 681,94	1 845,79	163 527,73	161 681,94	1 845,79
Equipamento de transporte	114 700,45	114 700,45	0,00	114 700,45	114 700,45	0,00
Equipamento administrativo	28 552,22	26 464,47	2 087,75	28 552,22	26 749,46	1 802,76
Outros ativos fixos tangíveis	10 471,97	8 899,54	1 572,43	10 471,97	9 302,92	1 169,05
Total	1 905 720,81	1 071 715,22	834 005,49	1 905 720,81	1 104 635,62	801 085,19

[Assinatura]

Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período com evidência das adições, das alienações, depreciações e outras alterações ocorridas no período:

Descrição	Quantia escriturada inicial	Adições	Alienações	Transferências	Depreciações	Quantia escriturada final
Terrenos e recursos naturais	24 939,89					24 939,89
Edifícios e outras construções	803 559,63				32 231,93	771 327,70
Equipamento básico	1 845,79					1 845,79
Equipamento de transporte	0,00					0,00
Equipamento administrativo	2 087,75				284,99	1 802,76
Outros ativos fixos tangíveis	1 572,43				403,38	1 169,05
Total	834 005,49				32 920,30	801 085,19

4.2 – Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:
Não aplicável.

4.3 - Ao serviço da instituição não existem quaisquer itens do ativo fixo tangível expressos em quantias revalorizadas.

5- Inventários

5.1 – Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada:

Os inventários são mensurados ao custo, o qual compreende o preço de compra e os respectivos impostos não reembolsáveis. Em observação, refere-se que a instituição tem vindo a recuperar cinquenta por cento do inerente imposto sobre o valor acrescentado no contexto do Decreto-Lei n.º 84/2017, de 21 de julho.

As demonstrações financeiras evidenciam de modo claro, através do balanço, o valor dos inventários em armazém até ao momento do seu desreconhecimento e da demonstração dos resultados por naturezas o gasto do consumido.

A movimentação das mercadorias e das matérias primas é efetuada pelo sistema de inventário permanente, permitindo a quantificação e a respetiva valorização do gasto mensal.

As saídas de armazém são valorizadas ao custo específico.

5.2 – Quantia escriturada de inventários em classificações apropriadas e quantia de inventários reconhecida como gasto no período comparativamente com o exercício de 2018:

Movimentos	Exercício 2019		Exercício 2018	
	Mercadorias	Matérias-Primas, Subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Matérias-Primas, Subsidiárias e de consumo
Saldo inicial	4 918,35	92,03	5 008,50	60,80
Compras		29 853,76		31 322,70
Reclassificação / Regularização		12 830,12		17 966,79
Saldo final	4 397,47	21,29	4 918,35	92,03
Gastos no período	520,88	42 754,62	90,15	49 258,26

5.3 – No período não se verificaram quaisquer ajustamentos de inventários: daí a inexistência de qualquer redução ou reversão.

6– Rendimentos e gastos

6.1 - Os rendimentos e gastos são registados no período independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio do acréscimo.

No contexto do seu enquadramento em IVA, a instituição é um sujeito passivo contemplado no n.º 7 do artigo 9.º do CIVA, pelo que o rédito compreende os valores faturados isentos do imposto sobre o valor acrescentado.

6.2- Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito:

- a) O rédito encontra-se mensurado pela quantia da retribuição recebida ou a receber pela entidade.
- b) Quantia de cada categoria de rédito reconhecida no período, para além das quotizações dos sócios no montante de 920,00 €:

Categoria	2019	2018
Venda de bens	1 040,00	85 203,00
Prestações de serviços	94 007,08	180,00
Juros	30,50	111,53
Total:	95 077,58	85 494,53

c) Gastos do período:

No contexto de uma gestão comportamental dos gastos suportados no período, será útil realçar aqui as seguintes divulgações:

i) Descriminação dos “gastos” contabilizados na conta 62 – “Fornecimentos e Serviços Externos” com a apresentação comparativa dos realizados em 2018:

D e s c r i ç ã o	2019	2018
Trabalhos especializados	5 247,13	1 466,55
Publicidade e propaganda		18,45
Honorários	7 031,00	3 444,00
Conservação e reparação	4 824,95	4 765,21
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	595,77	498,39
Material de escritório	722,09	947,99
Material didático	877,86	1 630,66
Rouparia	72,95	129,00
Eletricidade	8 132,55	8 226,29
Combustíveis	9 045,70	9 939,91
Água	293,92	297,10
Deslocações e estadas	38,50	16,28
Comunicação	1 546,30	1 696,94
Seguros	4 533,28	4 357,05
Limpeza, higiene e conforto	3 439,03	4 434,33
Outros serviços	425,77	371,76
Total:	46 826,80	42 239,91

ii) Descrição sumária de outros gastos:

D e s c r i ç ã o	2019	2018
Impostos e Taxas	1 650,05	846,07
Correções relativas a períodos anteriores	751,60	150,00
Quotizações	270,00	
Total:	2 671,65	996,07

Handwritten signature and initials in blue ink.

7- Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios são auxílios das entidades públicas com vistas ao cumprimento de certas condições relacionadas com as atividades operacionais da instituição.

Os subsídios que compensam a entidade pela aquisição ou construção de um ativo são reconhecidos inicialmente em Fundos Patrimoniais, na rubrica “Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais” e registados em resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do ativo. Enquadram-se neste contexto os subsídios inerentes ao Projeto n.º 015/00/NRT/T1, no âmbito do POEFDS – Eixo 5 – Medida 5.6 referente à ampliação e remodelação do edifício principal e aquisição de equipamento.

Os subsídios que compensam a entidade por despesas incorridas são registados na demonstração dos resultados no mesmo período em que as despesas são reconhecidas.

7.1- Descrição dos subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis constantes em “Outras variações nos fundos patrimoniais”

NO BALANÇO	Saldo inicial	Aquisições no período	Utilização no período	Saldo 31/12/2019
SUBSÍDIOS RELATIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
<i>Outras Variações nos Fundos Patrimoniais</i>				
593 – Subsídios:				
Componente PIDDAC	36 910,99		997,60	35 913,39
Componente FEDER	101 260,26		2 734,76	98 525,50
Componente Pública Nacional	66 933,60		1 808,84	65 124,76
Município do Peso da Régua	45 000,00		2 500,00	42 500,00
594 – Doações	38 439,21		827,74	37 611,47
TOTAL:	288 544,06		8 868,94	279 675,12

7.2 - Descrição dos subsídios de exploração e doações destinados a compensar os gastos operacionais:

707 R\$
Car
O
V

NA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS		TOTAL
<i>SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO</i>		
751 – SUBSÍDIOS DE ENTIDADES PÚBLICAS:		
Do Centro Regional da Segurança Social:		
Rel. Creche		167 975,46
Rel. Educação pré-escolar		
Atividades educativas	104 421,36	
Atividades de apoio social	59 068,23	
Compensação salarial – Ministério de educação	44 663,28	208 152,87
Rel. Centro de atividades de tempos livres		14 076,00
TOTAL DOS SUBSÍDIOS:		390 204,33
753 – DOAÇÕES E HERANÇAS		23 576,05
TOTAL:		413 780,38

8 – Instrumentos financeiros

8.1 – Bases de mensuração e políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros:

A entidade mensura os seus ativos e passivos financeiros ao custo, entendido como a quantia nominal dos direitos e obrigações contratuais envolvidos. Desreconhece um ativo financeiro ou passivo financeiro, ou parte deles, quando, respetivamente os direitos contratuais aos recebimentos se realizam ou quando a obrigação estabelecida com o contrato é liquidada.

Relativamente aos instrumentos financeiros evidenciados na contabilidade a mensuração utilizada assenta no respetivo valor nominal.

Descrição comparativa das contas de terceiros:

Conta	Exercício de 2019		Exercício de 2018	
	Débito	Crédito	Débito	Crédito
Clientes e utentes	7 914,97		1 142,50	
Fornecedores				
Estado e outros entes públicos	447,76	25 334,92	400,99	12 968,16
Outras contas a receber e a pagar	66 446,73	78 753,60	68 093,42	85 941,81

8.2 – Não foram contabilizados instrumentos financeiros mensurados ao justo valor.

8.3 – Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostra os aumentos e as reduções das diferentes naturezas de itens de cada rubrica dos fundos patrimoniais:

Rúbricas	Saldo inicial	Débito	Crédito	Saldo final
Fundos patrimoniais	456 029,67			456 029,67
Resultados transitados	159 255,51	75 896,52		83 358,99
Out. variações capital próprio:				
Subsídios	250 104,85	8 041,20		242 063,65
Doações	38 439,21	827,74		37 611,47
Total:	903 829,24	84 765,46		819 063,78

9 – Benefícios dos empregados

9.1 – Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras: 28

9.2 - Número de membros dos Órgãos Diretivos: A Direção é constituída por 5 sócios efetivos; o Conselho Fiscal formado por 3 efetivos e a Mesa da Assembleia por 3 elementos efetivos. Nenhum sócio é remunerado pelo desempenho das suas funções.

9.3 – Descrição comparativa dos gastos com o pessoal suportados em 2018 e 2019:

Descrição	2019	2018
Remunerações do pessoal		
Remunerações certas	391 134,07	381 843,94
Encargos sobre remunerações	87 222,89	85 151,19
Seguros Ac. Trabalho e Doenças profissionais	4 069,43	2 284,43
Outros gastos com o pessoal	2 201,52	4 206,77
Total:	484 627,91	473 486,33

10– Acontecimentos após a data do balanço:

As demonstrações financeiras apresentadas pela instituição foram preparadas numa base sistemática de continuidade por não se verificarem divergências relativas a acontecimentos, favoráveis ou desfavoráveis, após a data do balanço.

11-Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A entidade é uma Instituição Particular de Solidariedade Social regida pelas normas impostas pela tutela, cuja divulgação não se impõe aqui como exigível.

12- Outras divulgações

12.1 - A instituição não apresenta dívidas ao Estado e à Segurança Social.

12.2- Não são conhecidos à data da elaboração do presente anexo, quaisquer informações que mereçam destaque para além do acima referido.

O Contabilista certificado,



A Direção,

Ante Rocio Pereira Cardoso
Flávia
Ary F. -
Valdemar Pinto
João Roberto